

**X Encontro de Pós-graduação  
em História Econômica**

**Virtual**

**8ª Conferência Internacional  
de História Econômica**

**9, 10, 11 e 12 de novembro**

**2020**

**O negro na obra Formação Do Brasil  
Contemporâneo de Caio Prado Júnior**

**Nathan Barbosa dos Santos**

**Marcela Darido**

**Sillas de Castro Ferreira Coelho**

# X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

## O negro na obra *Formação Do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior

Nathan Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

Marcela Darido<sup>2</sup>

Sillas de Castro Ferreira Coelho<sup>3</sup>

### Resumo

Se “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”, (Marx; Engels, 2007, p. 47) é de se esperar que o racismo, enquanto determinante constituinte da ideologia hegemônica do capitalismo, com um grande peso no capitalismo brasileiro, se expresse nas produções científicas e políticas sobre a formação nacional entre outros temas, seja por via do combate, da sua negação, ou mesmo de sua afirmação (intencional ou não). Neste artigo defendemos que na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior não foge à regra acima exposta, sendo parte das produções intelectuais que acaba por reafirmar uma visão racista do Brasil, ao passo que legitima uma visão negativa dos negros escravizados, assim como dos povos originários, cedendo à racionalidade moderna, parte constituinte do poder colonial.

**Palavras-chave:** metodologia; racismo; Formação do Brasil Contemporâneo; Caio Prado Júnior; colonialidade do poder.

### Abstract

If “the ideas of the dominant class are, in each epoch, the dominant ideas, that is, the class that is the dominant material force of society is, at the same time, its dominant spiritual

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorando em Economia do Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> Graduado em Administração pela Faculdade de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

force”, (Marx; Engels, 2007, p. 47, our translation) it is to be expected that racism, as a constituent determinant of the hegemonic ideology of capitalism, with a great weight in Brazilian capitalism, is expressed in scientific and political productions on national formation, among other themes, whether through combat, its denial, or even its affirmation (intentional or not). In this article, we argue that in Caio Prado Júnior's *Formação do Brasil Contemporâneo*, it does not escape the above rule, being part of the intellectual productions that ends up reaffirming a racist view of Brazil, while legitimizing a negative view of enslaved blacks, as well as of the original peoples, yielding to modern rationality, a constituent part of colonial power.

**Key-words:** methodology; racism; Formação do Brasil Contemporâneo; Caio Prado Júnior; coloniality of power;

### **Introdução**

Devido seu papel central no desenvolvimento do capitalismo mundial - a partir da escravização de negros africanos para a utilização nas colônias do Novo Mundo - e na exploração material de nosso país, o racismo, é um importante determinante da ideologia hegemônica, desde os tempos da escravidão. Atua como elemento necessário para a dominação de classes no Brasil, assim como na divisão internacional do trabalho e na sustentação da colonialidade do poder que, nas palavras de Quijano:

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (Quijano, 2002, p. 37)

Nesse contexto não deve causar espanto nem surpresa o fato de que a intelectualidade brasileira, mesmo entre seus setores críticos e anticapitalistas - historicamente composta de homens brancos e normalmente ricos -, trazer consigo expressões desse elemento estruturante.

Caio Prado Jr., importante autor marxista e militante proeminente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não foge a regra. Ainda que marxista e tido por alguns como

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

crítico ao racismo brasileiro, faz parte do setor intelectual de esquerda brasileira que, “ainda que críticos e de aparência contra hegemônica, nossos autores tocam a canção com a partitura e notas que refletem a relação com os signos dominantes.” (Santos, 2017, p. 4).

Sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, com primeira edição no ano de 1942, faz parte do rol de interpretações sobre a formação do país, protagonizadas uma geração de pensadores que disputavam um projeto de nação brasileira. Farias (2019) aglutina - nas décadas de 1930 e 1940 - três obras que representam esse marco na sociologia nacional, além da obra de Caio Prado Jr, figuram *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Estas abordagens, apesar de apresentarem grande divergência entre si, trariam em si o traço em comum de uma visão eurocêntrica e de dominação étnica aqui discutido. Nessa disputa, que se abre principalmente a partir da década de 1930, para além das disputas entre intelectuais, surgem diferentes frentes de projetos de nação que vão desde a visão integralista até a de atores sociais não tão reconhecido pela historiografia social como a própria Frente Negra Brasileira (FNB), movimento social que é criado no ano de 1930, se tornando partido no ano de 1936, e depois colocado na ilegalidade em 1937 pelo governo Vargas, assim como o PCB, partido de filiação de Caio Prado.

De início, a posição do PCB era de negação da existência de uma questão negra, ou melhor da existência de racismo no país, como é possível ver na Carta de resposta de Octávio Brandão à convocação de um Congresso Mundial do Negro organizado pela Internacional Comunista (IC):

Camarada Secretário,

Nós recebemos sua circular sobre a Conferência dos Negros, mas nós não recebemos a primeira circular sobre a qual se referiram:

Nós lhe enviamos um relatório sobre os negros no Brasil e a Comissão Central Executiva do nosso partido irá pensar sobre a possibilidade de enviar um delegado à Conferência. Existem negros no Brasil. Mas não há no Brasil uma questão negra.

Fraternalmente,  
Octávio Brandão,  
Secretário do Exterior. (Lima, 2015, p. 107-108)

Apesar da organização do primeiro grande movimento negro de massas no Brasil pós-abolição, a postura majoritária do PCB era de negação do racismo, segundo o Bureal Sul-americano da IC era que “eles não compreendem nem reconhecem a existência do

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

problema racial no Brasil. Eles interpretam a igualdade formal das raças como se fosse efetiva, real.” (Lima, 2015, p.140). A postura de negação da existência de uma questão negra no Brasil, adotada pelo PCB, se dá, também, concomitantemente com o desenvolvimento da luta negra, seja através da imprensa negra, ou pela formação de organizações. Os setores negros que se colocavam em movimento, levantavam a questão racial, discutiam saídas para o racismo, assim como projetos de nação que incluíssem os negros como sujeitos participantes dessa nova fase do país.

Apesar de algumas mudanças na visão geral do partido, a questão racial foi, em geral, tratada ou como parte da luta de classes, e nesse sentido, era invisibilizada, ou como algo da esfera do particular, sendo assim, secundarizada. Com algumas exceções como Clóvis Moura, então militante do PCB e sua obra *Rebeliões da senzala* (1959)<sup>4</sup>, essa foi a linha geral da organização por muito anos. Essa posição foi também fonte de importantes polêmicas com o Comintern, que por diferentes vias tentou trazer para sua organização brasileira o entendimento da necessidade de tratar a questão racial no país, as vezes por via de campanhas tocadas por militantes internacionais da IC que vinham para o Brasil, seja pelo Socorro Vermelho Internacional (SVI) – organização que C.P.J. teve relações por certo tempo – ou pela Juventude Comunista Internacional (JCI) (Lima, 2015).

Negar ou menosprezar a questão racial no Brasil, trouxe inúmeras consequências para o PCB e para as suas análises nacionais. É nesse movimento que podemos entender a obra de Caio Prado Júnior, que além da pressão material de sua origem de classe e da própria branquitude<sup>5</sup>, faz parte da atmosfera de uma organização que, ao não combater o racismo como determinante estrutural do capitalismo, fica refém da ideologia racista hegemônica.

Ainda que em desacordo com as bases da teoria que sustenta sua análise – o marxismo - a obra *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo* apresenta no seu conteúdo elementos discursivos que reforçam a visão construída, pela ideologia hegemônica racista, do negro. Veremos agora alguns dos elementos que aparecem no livro e nos apontam a necessidade de revisão, na atualidade, para que possamos avançar na leitura marxista sobre o país.

---

<sup>4</sup> Onde abre um debate direto com a sociologia vigente, incluindo a obra de Caio Prado Jr., deslocando a ótica sobre o negro como sujeito político da desarticulação do escravismo colonial (FARIAS, 2019)

<sup>5</sup> Para entender mais ver: Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162)

### **O Sentido da Colonização**

O grande salto da análise de Caio Prado está no seu entendimento de que a chave para entender o Brasil está no sentido de sua colonização. Assim, enquanto um projeto mercantil português, o Brasil será, nas palavras do autor, “a empresa do colono branco” (Prado Jr., 1987, p.31). Tendo como principal elemento econômico a produção de produtos para a exportação, se utilizara de grandes plantações e trabalho escravo dos povos que o autor chama de “raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (Prado Jr., 1987, p.31).

Se, ao tratar do sentido da colonização, o autor consegue perceber que o país tem como fundamento as vontades do colono branco, o dono desta grande empresa, mas não é capaz levar tal entendimento até suas raízes mas profundas, e assim superar a visão colonial de inferioridade racial dos dominados. Já na construção da base de sua teoria, ao fazer referência a dominação portuguesa de indígenas e negros, qualifica esses setores dominados como “raças inferiores”, não conseguindo ver, que essa mesma qualificação é, também, fruto do sentido da colonização, é elemento necessário para legitimar a dominação branca/europeia da América, e para garantir a grande empresa do homem branco de que o auto está tratando.

Ao legitimar a visão do dominador sobre os dominados como raças inferiores, Prado adere ao entendimento eurocêntrico de que o sujeito histórico só pode ser o homem branco, pois essa racionalidades entende esse homem – não o homem outras raças ou o sujeito de outro gênero – como completo de humanidade. Essa afirmação pode ser comprovada com a concepção expressa em outra parte de seu pensamento: sua defesa de que os negros pouco ou nenhum papel tiveram na formação do país a não ser o de mero trabalho braçal. Essa posição não aparece só na sua obra *Formação*, mas também em conversas com seu amigo e companheiro de discussão política Clóvis Moura:

Quando Clóvis Moura começou a escrever seu *Rebeliões da Senzala*, em 1949, o historiador Caio Prado Jr., então considerado o principal historiador marxista do Brasil, aconselhou-o a desistir da empreitada.

Ele dizia que a passividade teria sido o elemento característico do comportamento do escravo no Brasil em consequência, não teria havido aqui um processo de luta de classes digno de nota entre senhores e escravos.

Caio Prado endossava, assim, um dos mitos mais caros da historiografia tradicional brasileira, o da passividade do escravo e da benignidade da escravidão em nosso País. E ilustrava, assim, a influência e persistência dessas ideias tradicionais, presentes mesmo no pensamento historiográfico avançado de um teórico do seu porte. (Ruy, 1994, p. 62).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Entender o negro como elemento passivo do processo de transformação do Brasil, acarreta como consequência entender a luta de classes que se dá na relação entre senhores e escravos no país apenas pela ótica da classe dominante. Nesse sentido, a análise do movimento contraditório entre os interesses antagônicos dos dois principais setores que alicerçou a formação nacional se torna distorcido, e a visão da elite dirigente dessa nova sociedade se torna turva, ao passo que se apaga a ação de um dos principais determinantes de sua formação: a luta escrava (negra); assim, também perdemos a dinâmica que entrelaça a dominação nacional e a dependência internacional, de uma elite que não pode romper os laços com a metrópole devido sua condição na guerra de classes existente em seu país.

### **As Raças e a Miscigenação**

O livro traz um capítulo para discutir as três raças fundantes do país: “Raças”, nele o autor expressa o que entende ser o papel da relação interracial na formação do Brasil. Para ele o “cruzamento entre as raças” desvela a natureza das relações raciais no país, a miscigenação, fruto de um dito apetite sexual do homem português, de sua dita facilidade para interagir sexualmente com outras raças e a falta de mulheres brancas na colônia são umas das principais causas dessa situação.

Porém mais que qualquer lei ou sistema de civilização, contribuiu para a absorção da população indígena que habitava o território brasileiro antes da vinda do colono branco, ou pelo menos de parte dela que não foi pequena, o cruzamento das raças. E também, mais que qualquer providência oficial, agiu para este fim como no caso paralelo e análogo do negro, o impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa. (Prado Jr., 1987, p. 98).

Começaremos apontando aqui o que não foi dito. Quando o autor se refere ao cruzamento entre raças, deixa encoberto que dito cruzamento, hegemonicamente, tem a ver com estupros e, sendo assim, como é já sabido não tem a ver com desejo, mas sim com dominação. Estamos falando de um processo de dominação, raiz do desenvolvimento no nosso moderno sistema capitalista, nele “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (Davis, 2016, p. 20), assim também o era na relação com as mulheres das populações originárias.

Já, sobre o pretense instinto sexual aguçado da raça portuguesa, desenvolveremos a seguir, mas cabe reafirmar agora que essas relações têm mais a ver com a relação de

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

dominação do que com desejos sexuais. No decorrer do capítulo o autor esclarece as relações de poder que estavam por detrás dessa possibilidade de o homem português saciar seus ditos desejos sexuais. Assumindo a mestiçagem como fruto do instinto sexual masculino português, se apaga que nessa sociedade de classes, que utiliza da violência extraeconômica para garantir o trabalho escravo, essas relações sexuais se davam de forma violenta, com estupros das mulheres das raças dominadas.

Angela Davis, ao se referir aos estupros das mulheres negras escravizadas nos auxilia a esclarecer o equívoco formulado por Prado:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (Davis, 2016, p.36)

Entendido o processo de apagamento da violência sexual sofrida pelas mulheres das raças dominadas em nosso país, partiremos agora para a questão da miscigenação. O entrecruzamento de diferentes raças se deu em nosso país alicerçado em uma relação de dominação, que precisava ser legitimada em todas as relações sociais dessa nova interação. Até aqui, o autor conseguiu avançar, em partes, já que ainda credita parte desse processo ao desejo sexual do homem dominador. A miscigenação, em sua visão pode ser expressa nesse trecho:

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contacto, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em consequência, no das relações sexuais também. (Prado Jr., 1987, p. 110)

Se, por um lado o autor revela um dito apetite sexual do homem branco, tese essa sem nenhum fundamento teórico, seja ele biológico ou cultural, mas que dialoga com o constructo do homem explorador criada também a partir da racionalidade eurocêntrica, além da ideia já discutida do homem branco colonizador como o sujeito político da formação histórica nacional. Por outro aponta as estruturas de dominação como facilitadores da possibilidade de suprir tais desejos, por outro não se isenta de apontar a facilidade do português nas conquistas das mulheres “fáceis”, “de raça inferior”.

O que queremos defender aqui é que a mestiçagem não pode ser vista como um processo que gira em torno do desejo sexual dos dominadores. Visto que no processo de



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

colonização, os dominadores identificavam os povos originários, e os negros escravizados como não humanos, sem alma, selvagens, inferiores etc. As relações que possibilitaram a mestiçagem no país não podem ser entendidas na mesma medida das relações entre humanos. A formação tanto do patriarcado, como do racismo destituiu as mulheres e as raças e etnias dominadas da completude humana, que só é alcançada pelo homem branco, sendo assim, as mulheres de raças e etnias subjugadas são vistas como objetos de produção, e a relação sexual com esses setores possui outros significados.

Caio Prado ainda reforça um outro mito fundado pela intelectualidade brasileira, onde as mulheres subjugadas, vítimas da violência sexual de seus dominadores, tem certa responsabilidade sobre sua agressão, já que incentivavam e/ou facilmente se entregavam ao ato sexual:

Isto, e mais a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, de posição social inferior e, portanto, submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Aliás, particularmente no caso da Índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra. E embora quase sempre à margem do casamento — contra as uniões legais com pretas ou índias, sobretudo com as primeiras, havia fortes preconceitos — tais uniões irregulares, de tão freqüentes que eram, passaram à categoria de situações perfeitamente admitidas e aprovadas sem restrições pela moral dominante. E os rebentos ilegítimos que delas resultassem não sofriam com esta origem nenhuma diminuição. (Prado Jr., 1987, pp. 108-109).

Devemos nos perguntar: o que seria uma mulher fácil? Quando o autor se utiliza desse tipo de qualificação da mulher indígena, o que ele está querendo dizer? Essa visão de mulher fácil também aparece no olhar para a mulher negra em outra parte de seu livro. Esses adjetivos trazem a carga da objetificação da mulher indígena e negra – e podemos dizer, em geral das mulheres de raças e etnias subjugadas - que há tantos os anos permeia o pensamento dominante brasileiro. Mais uma vez Davis (2016) nos ajuda a entender que esse discurso não é um mero equívoco, mas se liga ao constructo da racionalidade branca, que rege há muito tempo a ciência no capitalismo, já que a mesma é feita hegemonicamente por homens brancos:

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (Davis, 2016, p.180)

A miscigenação, assim como o pensamento brasileiro sobre ela, muito impactado pela obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, acaba sempre tendo uma conotação positiva, que isenta o homem branco dominador de sua violência, assim como das barbaridades da escravização de uma raça. É verdade que Caio Prado consegue fugir até certo ponto da visão de relações harmoniosas entre raças, mas quando se trata das relações sexuais, nos parece que não vai no mesmo caminho. Aqui também percebemos uma expressão da passividade do povo negro e dos povos originários, que apenas se entregam ao impulso sexual de seus algozes. Ao ler o capítulo percebemos que, apesar das relações de poder constituídas na escravização de negros e indígenas, as relações sexuais se davam pela livre vontade de todos os membros sociais envolvidos, inclusive devido a facilidade das mulheres e o apetite sexual do homem branco português.

Sendo a miscigenação fator importante na formação étnica do país, tendo ela um rastro de violência, relações de poder entre outros elementos que marcam a constituição do povo brasileiro, é necessário que possamos nos aprofundar nas suas particularidades para entender o que realmente significou esse processo na formação do país. Tratá-la como resultante do desejo sexual do dominador é fortalecer o movimento das classes dominantes de apagar a história dos dominados.

### **Organização Social**

Este capítulo é um dos mais problemáticos no que tange a expressão de concepções racistas. Ao discutir como se organiza a sociedade brasileira, a forma como o autor se dirige às raças que foram escravizadas pelos portugueses é, no mínimo, pejorativa. Aqui é possível perceber como a racionalidade eurocêntrica apresenta sua expressão no que diz respeito ao seu olhar dicotômico entre europeu e não-europeu na chave do bárbaro e do civilizado. Desta visão podemos subentender que um projeto de modernidade, de desenvolvimento nacional que se constrói a partir dessa narrativa é unidirecional, ou seja, está na direção da Europa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para saber mais: QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americana. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, p. 107-130, 2005.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O autor inicia a discussão diferenciando a escravidão moderna com a antiga:

Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo. É certo que a escravidão americana teve na península seu precursor imediato no cativo dos mouros, e logo depois, dos negros africanos, que as primeiras expedições ultramarinas dos portugueses trouxeram para a metrópole como presas de guerra ou fruto de resgates. Mas não foi isto mais que um primeiro passo, prelúdio e preparação do grande drama que se passaria na outra margem do Atlântico. É aí que verdadeiramente renascerá, em proporções que nem o mundo antigo conheceu, o instituto já condenado e praticamente abolido. (Prado Jr., 1987, p. 270).

Partindo dessa concepção, Caio Prado defende que teria, a escravidão na América, desencadeado uma série de problemas no desenvolvimento das sociedades americanas. Ao discutir o trabalho escravo aqui comenta:

Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de *povos bárbaros e semibárbaros*, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa *civilização* inteiramente estranha. E aí que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: "Instrumento vivo de trabalho", o chamará Perdígão Malheiro. (Prado Jr., 1987, p. 272, grifos nossos).

Aqui vemos, como já havíamos destacado, a reprodução da ideia de barbaridade dos povos dominados em contraposição a civilidade europeia. Apesar de ainda não nomear quer seriam esses povos bárbaros, é evidente que se trata dos negros africanos e, provavelmente, também dos povos originários. Essa civilização inteiramente estranha, como fica evidente, longe de ser tratar das sociedades que aqui já se organizavam, só pode estar relacionada aos invasores portugueses e a sua tentativa de organização social que começará em nosso país.

Na relação bárbaro-civilizado existe uma clara intenção de valorização e hierarquização dos sujeitos qualificados como tais. Ao se dirigir à relação de dominação nascente no Novo Mundo a partir desse par se desvela uma ideia de superioridade europeia, branca, contra a barbárie dos povos dominados – já apontados também como raças inferiores. Vejam, essa é base para a dominação mundial europeia, também a base da sustentação ideológica do processo de escravização de outros povos, como o caso dos indígenas brasileiros e os negros africanos, assim como um dos elementos que alicerçam a nova racionalidade moderna eurocêntrica e colonial.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Se essa ideia foi usada no passado para dominação, a sua continuidade, como podemos ver inclusive em autores como Caio Prado Jr., serve ainda para dominar e explorar, agora no capitalismo. Os estudos decoloniais nos revelam como a racialização e a hierarquização das raças são mantidas a partir da colonialidade do poder para sustentar o funcionamento do nosso sistema mundial em sua etapa imperialista. É esse tipo de racionalidade que permitiu a médicos franceses em plena rede nacional proporem testes de vacina na África<sup>7</sup>.

Essa expressão em nenhum momento se encontra ligada com o que o autor queria dizer com bárbaros ou semibárbaros, mas é perceptível como ela se liga com a afirmação posterior:

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa "cultura", no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma *contribuição passiva*, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que *não quero subestimar*, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. *Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe*. (Prado Jr., 1987, p. 272, grifos nossos).

Aparece então claramente que além de seu papel como “instrumento vivo de trabalho”, negros e indígenas nada tiveram de papel na formação de nossa nacionalidade. Vejam, que até mesmo Gilberto Freyre, que é usado como referência da obra de Caio Prado, consegue enxergar no negro uma participação maior do que essa tal energia motriz, ou mesmo essa participação cultural passiva. Quando lemos esse trecho, vemos reforçada a visão do negro passivo.

Apesar de não querer subestimar, me parece que o autor faz exatamente o oposto. Essa cultura bárbara, não civilizada, contribui apenas de forma passiva à cultura brasileira, mas ainda assim consegue agir como corruptora da cultura civilizada do senhor branco, cultura essa que nosso autor conhece, sendo ele parte da estrutura social em que se encontram esses senhores brancos. Aqui mais uma vez o autor cai na armadilha da racionalidade eurocentrada, do branco dotado de civilidade e do negro/índigena como corruptor dessa tal civilidade – por sua barbaridade.

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o caso ver o pronunciamento do diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, sobre o acontecimento: <https://www.youtube.com/watch?v=CiHZs27T89A> acessado em: 09/04/2020

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Ficamos aqui com algumas questões, de que civilidade o autor fala? Se o projeto do homem branco foi expandir sua empresa para o Brasil, isso não se deu a partir da escravização, sequestro, estupros, violências físicas, morais e psicológicas cotidianas, morte, roubo de terra etc.? Essa é a civilidade de que o autor fala? Como é possível corrompê-la? Se Césaire pudesse responder Prado diria que não a nada de civilizado na vinda do Europeu para as Américas, que a colonização “trabalha para des-civilizar o colonizador, para embrutecê-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça, da violência, do ódio racial, do relativismo moral” (CÉSAIRE, 2010, p. 19).

Ainda sobre o assunto o autor chega à conclusão de que:

É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzido, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica. (Prado Jr., 1987, p. 273).

A dominação organizada pela violência extra econômica, característica da escravidão moderna, na visão de Prado Jr., ganha força graças à passividade das culturas negras.

O que seria essa passividade negra? C. L. R. James, autor contemporâneo de Caio Prado, escreve em 1939, sobre essa questão:

O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugarão a tripulação e tomaram controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecerem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos. Na Jamaica, o governo britânico, após tentar em vão extingui-los, aceitou sua existência através de tratados de paz, respeitados escrupulosamente por ambos os lados durante muitos anos, e então rompidos pela traição britânica. Na América, os negros organizaram cerca de 150 revoltas de destaque contra a escravidão. O único lugar onde os negros não se rebelaram é nos livros de historiadores capitalistas. Toda essa história revolucionária pode parecer uma surpresa para aqueles que, independentemente a qual Internacional estejam afiliados, seja a Segunda, Terceira ou Quarta, ainda não se emanciparam das mentiras perniciosas do capitalismo anglo-saxão. Não é estranho que os negros tenham se rebelado. Teria sido estranho se não o fizessem. (James, 2015, p. 21-22).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Vejam, um homem do mesmo tempo de Caio Prado Jr., importante militante da Quarta Internacional nos Estado Unidos, vindo de uma colônia inglesa, ao discutir o papel crucial da resistência negra na formação do capitalismo, vai em caminho oposto ao nosso autor brasileiro no que diz respeito à passividade do povo negro, desvela o mito da passividade, o mito do homem branco dominador, que fala no negro dócil ao passo que se arma da mais profunda violência para impor essa tal docilidade.

Apesar de outros inúmeros exemplos, terminaremos com essa última citação:

O que pesou muito mais na formação brasileira é o *baixo nível* destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. No momento que nos ocupa, a situação era naturalmente muito mais grave. O tráfico africano se mantinha, ganhava até em volume, despejando ininterruptamente na colônia contingentes maciços de *populações semibárbaras*. O que resultará daí não poderia deixar de ser este aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira. Certas consequências serão mais salientes: *assim o baixo teor moral nela reinante, que se verifica entre outros sintomas na relaxação geral de costumes, assinalada*. O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. (Prado Jr., 1987, pp. 276-277, grifos nossos).

Aqui podemos perceber que não só o autor reforça a visão dominante, como também defende que parte dos problemas da formação do país tem a ver com a inferioridade dos setores negros, trazendo consequências como o baixo teor moral reinante. Será culpa das “populações semibárbaras” sequestradas e trazidas a força para um regime de trabalho forçado em base à um alto nível de violência, os problemas morais e outros apontados pelo autor?

Césaire (2010) emprega valorosa perspectiva para tratar sobre o colonialismo e a visão civilizatória eurocêntrica. O ponto de partida das noções assinaladas por Caio Prado Jr. estariam, para Césaire, no pedantismo cristão que propôs equações do gênero: cristianismo = civilização; paganismo = selvageria; das quais se deduziram consequências colonialistas e racistas quanto aos indígenas, amarelos e negros. Outra noção relevante é a ideia de colonização não ser contato entre civilizações – perspectiva empregada por Caio Prado Jr. – e que de todo este processo seria impossível resultar um valor humano sequer. Daí, segue a noção de que a colonização é, na verdade, a descivilização do colonizador, responsável por embrutecê-lo e dotar a Europa de um relativismo moral que perpetra violências nas colônias que não seriam aceitas na metrópole.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Em uma comparação aos horrores do nazismo, Césaire (2010) recupera um texto de Ernest Renan - filósofo francês, idealista do humanismo ocidental -, publicado em 1850, que atesta as aspirações europeias não na igualdade, mas na dominação, no desejo de que os países de raça estrangeira voltassem a ser países de servos, num projeto de amplificar as desigualdades entre os homens e convertê-las em lei. Antes de qualificar tal excerto como um exemplo pontual, o autor apresenta outros tantos discursos similares de políticos e clérigos europeus. Mais que isso, a própria história deu conta de materializar tais ideias, visto que um discurso produzido ao fim do processo colonial pelo mundo ainda tomou lugar nas ex-colônias e foi reimplantado com o neocolonialismo em África.

O materialismo histórico, entende que as relações sociais de produção e reprodução social são as bases estruturante das sociedades, sendo o trabalho elemento ontológico do homem. Na contramão desse entendimento, ao afirmar as culturas bárbaras como elemento que mais pesou de forma negativa na formação nacional, o autor afirma que a dita barbaridade dos negros e negras que aqui foram escravizados é elemento preponderante à relação bárbara da escravização para os problemas do Brasil.

### **Conclusão**

A pergunta que nos fica é: seria possível, um homem de seu tempo não ter uma leitura racista sobre a realidade brasileira? O livro teve sua primeira edição no ano de 1942, onde além da experiência de um movimento negro de massas que combate o racismo já existia no Brasil – Frente Negra Brasileira -, no marxismo internacional já se presenciavam importantes debates e atuações antirracistas, inclusive na Internacional Comunista – organização internacional ligada ao PCB. É sabido da participação do Partido Comunista Brasileiro nos I Congresso Afro-Brasileiro de 1933, assim como no II Congresso Afro-Brasileiro de 1937 em discussão com intelectuais como Freire. Já existe a expressão dentro da organização de militantes como o baiano Edison Carneiro, que discutem a questão racial no país.

Mesmo que não tivesse o autor tido contato com nenhum desses processos, ou com nenhuma dessas discussões, o que nos parece muito difícil, ainda sim essas experiências nos mostram que homens, do tempo de Caio Prado Jr. Já se contrapunham à um pensamento que fortalecia à visão racista hegemônica de sua época. Nesse momento é preciso discutir quem é o sujeito que está escrevendo essa teoria: um homem, muito rico e branco. Apesar de ter tomado uma decisão de romper com sua origem de classe, o racismo expresso no livro por meio da qualificação de negros e indígenas nos mostra que

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

não há um rompimento total com a ideologia dominante, esse não rompimento de da pela via da permanência de um pensamento eurocêntrico, e desse pacto narcísico da branquitude que apaga o negro como sujeito político da história.

Não é por menos que a primeira obra brasileira importante elaborada para romper com esse ponto de vista venha de um intelectual negro, Clóvis Moura, e não é mera coincidência que ao conversar com Caio Prado sobre a elaboração de seu livro *Rebeliões da Senzala*, Clóvis recebe como resposta um desencorajamento de seu mentor intelectual, em carta, Caio Prado afirma que é uma missão perdida visto que os negros na verdade tinham como característica aqui no país a passividade.

É claro que o processo que vem se desenvolvendo no Brasil desde 1930 de construção de uma identidade nacional se pauta em cima de um olhar racista sobre o negro assim como os indígenas, mas é preciso lembrar que Caio Prado é um comunista, membro importante do Partido Comunista, com amigos inclusive em sua direção. Na mesma direção não podemos esquecer de suas origens sociais, e o peso que a escravidão teve na construção de sua situação material, é evidente que essa sua experiência deixou rastros, alguns deles observados nessa pequena análise.

A visão racista dos povos dominados que se expressa na obra de Caio Prado não invalida sua importante análise sobre o sentido da colonização como elemento fundamental para entender o desenvolvimento do Brasil, mas é evidente que sua visão sobre a passividade e o atraso de negros e indígenas no país o leva a ter uma visão distorcida da história. A história do Brasil de Caio Prado é pautada no protagonismo do homem branco, onde os negros são apenas sujeitos passivos.

Se por um lado sua obra traz uma importante contribuição para a análise da formação do Brasil, por outro, faz parte de um conjunto de cânones que se tornaram uma barreira quase intransponível para se discutir racismo nos estudos de formação econômica e histórica do país, principalmente no campo marxista. Sem entender como se dá o desenvolvimento da questão racial e seu entrelaçamento originário à classe na nossa formação, será praticamente impossível entender a totalidade do processo de formação nacional, afinal, cada pequeno detalhe de nossa história e de nossa realidade traz consigo a mancha do racismo.

### **Referencial bibliográfico**

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2010.



**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

FARIAS, Marcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

JAMES. C.L.R. *A Revolução e o Negro em: A Revolução e o Negro – textos do trotskismo sobre a questão negra*. Iskra, 2015.

LIMA, Aruã Silva de. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estado Unidos (1919-1939)*. 2015. Dissertação (doutorado em história social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOURA, Clóvis. *Particularidades do racismo brasileiro*. 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/02/racismo.htm>. Acesso em: 01 agosto 2019. p. 11-20, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. Perú indígena, v. 13, n. 29,

RUY, José Carlos. *Apresentação*. em: MOURA, Clóvis. *Particularidades do racismo brasileiro*, Revista Princípios, São Paulo, n.32, p. 62-64, 1994 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/032.pdf>. Acesso em: 01 agosto 2019.

SANTOS, Richard. *O negro objetificado na obra de Caio Prado Jr. E Florestan Fernandes: uma análise das narrativas socio-históricas na construção do pensamento social brasileiro*. Revista África e Africanidades, ano. IX, n.23., abril. 2017.